

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SOLANGE CRISTINA D'ANTONIO

**EDUCAÇÃO NO CAMPO: Uma análise das escolas convidadas à adesão
da Educação do Campo do Núcleo Regional de Educação de Maringá- Paraná**

CURITIBA - 2014

SOLANGE CRISTINA D'ANTONIO

**EDUCAÇÃO NO CAMPO: Uma análise das escolas convidadas à adesão
da Educação do Campo do Núcleo Regional de Educação de Maringá- Paraná**

Trabalho apresentado como requisito parcial
para obtenção de certificação do curso de
Especialização em Educação do Campo, Polo
de Paranavaí da Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof^o. Dr^o Paulo Eduardo Angelin.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 OBJETIVOS.....	10
2.1 OBJETIVO GERAL.....	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
3.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	10
3.2 CONCEITOS E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	12
4 METODOLOGIA.....	15
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	16
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

EDUCAÇÃO NO CAMPO: Uma análise das escolas convidadas à adesão da Educação do Campo do Núcleo Regional de Educação de Maringá- Paraná

D'ANTONIO, Solange Cristina¹; ANGELIN, Paulo Eduardo².

RESUMO Este trabalho vem colaborar para melhor compreensão da falta de interesse por parte dos gestores pela educação do campo, apesar de ser um assunto bastante discutido nos últimos tempos e que ainda gera uma grande polemica devido aos rumos que a história brasileira tomou nesse sentido. Ao mesmo tempo visa contribuir para a compreensão do declínio das escolas do campo em nosso país em especial no Estado do Paraná, particularmente na região pertencente ao Núcleo de Maringá. A pesquisa pretende esclarecer a posição de alguns gestores das escolas pertencentes a esse Núcleo quanto à implementação ou não das escolas do campo e os motivos que os levaram a tais escolhas. Sendo uma pesquisa de campo quantitativa, onde foram pesquisadas por meio de questionário quinze escolas convidadas para atuar como Educação do Campo. Os resultados desse trabalho visam apontar para os problemas que levam a não implantação dessa modalidade de ensino propiciando aos leitores o entendimento desses motivos e as discussões de como eles poderão ser superados.

Palavras chave: Educação do Campo. Gestão Escolar. Políticas Públicas.

EDUCATION IN THE FIELD: An analysis of the schools invited to the accession of Field Education Regional Education Core of Maringá-Paraná

ABSTRACT This work comes collaborate to better understand the lack of interest by managers for field education, despite being a much discussed topic in recent times and it still generates a great controversy due to the direction that the Brazilian history took accordingly . At the same time contributing to the understanding of the decline of rural schools in our country especially in the state of Paraná , in particular belonging to the core region of Maringá . The research seeks to clarify the position of some managers of schools belonging to the core in the implementation or not of rural schools and the reasons that led to such choices . As a quantitative research field , where they were surveyed through a questionnaire fifteen schools invited to act as the Field Education . The findings point to aim the problems leading to non implementation of this teaching modality enabling readers to understand these reasons and discussions of how they can be overcome .

Key word: Rural Education . School Management . Public Policy .

¹Especialista em Psicopedagogia Institucional; Educação Especial; Graduado em Matemática; Mestre em Educação para as Ciências e Matemática. Pós Graduanda em Educação do Campo.

² Graduado e Mestrado em Ciências Social e Doutorado em Sociologia.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é um assunto que vem sendo bastante discutido nas últimas décadas, por meio das propostas de melhoria das condições de vida, de trabalho, de educação e de direitos aos que habitam os espaços rurais. Com a aprovação da Constituição de 1988, a educação se destacou como um direito de todos. E, com a implementação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, houve também o reconhecimento da diversidade do campo, adaptando as suas peculiaridades e os saberes ali produzidos ao contexto escolar.

Destacamos ainda que há vários documentos que regulamentam e dão suporte para as instituições de ensino realizar um trabalho voltado para a Educação do Campo ou até mesmo se tornar uma Escola do Campo, porém, ainda há várias resistências dos governantes e até mesmo dos gestores escolares para tal adesão, muitas vezes por falta de conhecimento dos documentos e legislações existentes.

Portanto, este trabalho tem como objetivo verificar quais foram as decisões tomadas pelos gestores escolares pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Maringá-PR que foram convidados a optar pela Educação do Campo para o ano de 2014. Além de realizar uma breve discussão teórica a respeito da história da educação do campo, seus conceitos e objetivos, fazendo uma análise a respeito das escolas do Núcleo Regional de Educação de Maringá, PR, com relação à implementação de políticas públicas para a promoção da Educação do Campo, e a aceitação da abertura dessas escolas nessa região.

Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo qualitativa, com questionários enviados para os gestores responsáveis pelos estabelecimentos convidados para aderir ou não pela Educação do Campo.

2 OBJETIVOS

2.1.OBJETIVO GERAL

Promover estudos sobre os argumentos utilizados pelos gestores quanto a opção, ou não, pela Educação do Campo das escolas pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Maringá convidadas para optarem por modalidade.

2.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os motivos que levaram os diretores do NRE de Maringá a optar ou não pela educação do campo em seus estabelecimentos de ensino.
- Verificar o que leva o fechamento das escolas do campo;

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

O modelo de educação praticado no Brasil entre o início do Império (1822), até meados do século XX, era uma educação elitizada, com prejuízo dos pobres, negros e índios. Além disso, no período imperial, a educação não era direcionada às especificidades diretas da zona rural onde a maioria da população brasileira vivia.

Historicamente a educação do campo tem sido marginalizada na construção de políticas públicas. Suas especificidades dificilmente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico ou na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de ensino. Diante disso, a educação para os alunos do campo, vem sendo trabalhada por meio de currículos marcados por conotações essencialmente urbanas e, na maioria das vezes, fora da realidade local e regional dos alunos (SOUZA; REIS, 2009).

Em 1937, foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo. O elevado número de analfabetos na área rural foi destacado no VIII Congresso Brasileiro de Educação, reforçando assim a preocupação com a educação rural (LEITE, 1999).

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 4024/61) deixou a educação rural a cargo dos municípios. Na mesma década, Paulo Freire ofereceu contribuições significativas à educação popular, com os movimentos de alfabetização de adultos e com o desenvolvimento de uma concepção de educação dialógica, crítica e emancipatória. Continuando a ressaltar o percurso histórico dessa Educação em nosso país verificamos que a Lei n. 5692/71, não trouxe avanços para a educação do campo, uma vez que nela não se discute o ensino de 2.º grau (atual Ensino Médio) para as escolas que atendem tal modalidade de ensino.

O descaso e a subordinação dos valores presentes no meio rural sempre foram marcados, pela inferioridade quando comparados ao espaço urbano. O preconceito e estereótipos ao homem do campo continuam impregnados na sociedade brasileira. Essa constatação é mencionada por Leite na seguinte observação:

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: "gente da roça não carece de estudos". Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 1999.p.14)

Os governantes da elite Brasileira sempre trataram a educação do campo como rural, mantendo-a em segundo plano, nesse sentido, percebe-se claramente a história do Brasil sendo marcada pela exclusão social, de interesses de uma minoria que se caracteriza desde os princípios básicos de garantias humanitárias, como a saúde e educação como únicas possuidoras desses direitos. Afirmação confirmada em Pinheiro (2011):

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem se repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para o escoamento da produção, na falta de atendimento adequado a saúde, falta de assistência técnica, na falta de acesso a educação básica e superiores de qualidade.. (PINHEIRO, 2011, p.36)

Com base nas Diretrizes Curriculares para Educação do Campo SEED/CURITIBA/2006, no Estado do Paraná, a trajetória da educação do campo não foi diferente, uma vez que esse tipo de ensino sempre foi desmerecido, apesar de nosso estado ser um dos maiores representantes agrícolas do país. Durante muitos anos essa modalidade de ensino foi precarizada e marginalizada, repetindo todos os problemas encontrados no restante do país. No início dos anos de 1990, ocorreram importantes iniciativas de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos da reforma agrária, mediante a ação do MST. A experiência teórico-metodológica (práticas, materiais didáticos, debates, seminários) realizada pelo referido movimento fez avançar o debate a respeito da educação do campo em nosso estado.

Mesmo com os avanços consideráveis para o fortalecimento da educação do campo, podemos constatar que a educação Rural está longe de ser uma realidade, visto que existem inúmeros problemas a serem encarados e resolvidos, como por exemplo, a localização geográfica das escolas, no que diz respeito as enormes distâncias entre elas e a residência do educando, os meios de transporte, as estradas, a baixa densidade populacional, o fechamento de escolas, a formação dos educadores, a organização curricular. Percebemos então que as políticas públicas não estão comprometidas com a educação do campo, mesmo conforme já citado nesse texto estando essa modalidade de ensino garantida por leis.

Nos últimos anos houve um grande movimento de fechamento das escolas rurais, tendo como explicação o processo de municipalização, a redução da taxa de natalidade e a diminuição da população rural, o que fez com que essas escolas fiquem concentradas nos distritos pertencentes a vários municípios e/ou os alunos da zona rural serem transportados pelo poder público até escolas da zona urbana, sem que as mesmas ofereçam a tais alunos o direito de uma educação voltada a sua realidade familiar e profissional.

3.2 CONCEITOS E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo, construída num espaço de lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo, é traduzida como uma “concepção político pedagógica, voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições

de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pescadores, caiçaras, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas” (CNE/MEC, 2002),

Segundo Lima Filho e Janata (2005) a educação do campo é um projeto educacional compreendido para os sujeitos que tem o campo como seu espaço de vida. Assim, ela deve ser no e do campo. “No” porque o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive e “do” porque eles têm o direito a uma educação vinculada a sua cultura e suas necessidades, tendo como referencia o lugar onde vivem.

Sendo assim, a escola do campo, como parte de um projeto maior da classe trabalhadora, se propõe a construir uma prática educativa que efetivamente fortaleça os camponeses para as lutas principais, na constituição histórica dos movimentos de resistência à expansão capitalista em seus territórios (MOLINA, SÁ, 2011).

A Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, estabeleceu as “diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas para a Educação Básica do Campo”, e também define com clareza o que é, e a quem se destina a educação do campo em seu artigo 1º:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (CNE/CEB Nº 2/2008).

É preciso ressaltar que a concepção de educação do campo que vem sendo empregada pela cultura dominante e elitista, não tem favorecido satisfatoriamente para combater o analfabetismo, elevar a escolaridade dos sujeitos, sua cultura e seu padrão de vida. O acesso tardio a escola que na maioria das vezes, nas regiões mais pobres do Brasil, são oferecidas sem condições de oportunizar saberes para a criança, o adolescente, os jovens e adultos devido à precariedade de investimentos dessa política pública, representa uma das maiores dívidas históricas para com as populações do campo. Como afirma Arroyo:

Parece-me que é urgente pesquisar as desigualdades históricas sofridas pelos povos do campo. Desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica. E esse parece que seria um dos pontos que demanda pesquisas. Pesquisar essa dívida histórica (ARROYO; 2006 p.104).

Os princípios pedagógicos de uma Educação do Campo descritas no GPTE (2005) são: 1) o papel da escola como formador de sujeitos, articulando-se a um projeto de emancipação humana; 2) A valorização dos diferentes saberes oriundos da diversidade de sujeitos no processo educativo; 3) A valorização dos diferentes espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem, pois a educação do campo ocorre tanto em espaços escolares quanto fora deles; 4) O vínculo da escola à realidade dos sujeitos; 5) A educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; 6) O desenvolvimento da autonomia e a colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino.

O adjetivo do campo na expressão educação do campo é para qualificar e demarcar as práticas pertinentes à educação referidas às espacialidades do campo. Isso deve ser vinculado às lutas sociais de afirmação dos direitos dos sujeitos que vivem no ou do campo. Enfim, entendemos que se faz educação para e pela autonomia dos sujeitos e, se estes estão “*no ou são do campo*”, vivem relações sociais que contêm especificidades da vida no e do campo, as quais dialogam com práticas sociais mais amplas, e devem ser educados para que “se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino” (CALDART, 2008, p. 151).

Frente a isso, acreditamos que deve ser ofertada uma educação de qualidade, as famílias de trabalhadores do campo, visto que a sociedade depende desse trabalho para sobrevivência e, seria interessante que os filhos dos moradores do campo permanecessem nesse meio com condições de se desenvolver culturalmente e profissionalmente para o seu bem comum, o bem de suas famílias e de toda a sociedade.

4 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para um trabalho realizado no âmbito da Educação deve levar em conta os objetos de estudo e o tipo de questões se pretende responder, bem como o fenômeno a ser investigado e as condições em que ele ocorre.

Neste sentido, tendo em vista que este estudo pretende descrever e analisar quais os motivos que levaram os diretores a optar ou não pela educação do campo optamos por uma pesquisa qualitativa como modelo para a investigação. Esta pesquisa nos permite analisar os diretos em seu ambiente de trabalho: bem como verificar quais são as suas visões e conhecimentos sobre a educação do campo.

A pesquisa sobre a forma de estudo de caso, foi desenvolvida mediante quinze questionários enviados aos gestores dos estabelecimentos de ensino do Núcleo Regional de Ensino (NRE) de Maringá e aos respectivos responsáveis por essa modalidade de ensino no NRE de Maringá, buscando obter respostas aos objetivos previstos no presente projeto.

Portanto, o trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que o mesmo teve início com o responsável do NRE por esta modalidade de ensino, ao qual solicitamos uma relação das escolas que foram convidadas e realizar a opção pela educação do campo a partir do ano de 2014 e após a coleta desses dados, foi enviado por e-mail um questionário aos estabelecimentos de ensino convidados, para poder identificar quais os motivos que levaram o gestor a fazer ou não à opção pela Educação do Campo, e quais serão as mudanças realizadas para o ano de 2014, para aquelas que optaram pela educação do campo.

A partir da obtenção e tabulação dos dados buscamos identificar quais os principais motivos que levaram os diretores a optar por tais decisões e qual conhecimento tem a respeito desse tipo de ensino.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Paraná tem 399 municípios, dos quais 25 são atendidos pelo Núcleo Regional de Educação de Maringá, totalizando 63 escolas pertencentes à região atendida por esse Núcleo, dessas escolas apenas 15 foram convidadas a participar de uma proposta pedagógica direcionada a educação do campo, mas em consulta por meio de e-mail ao NRE fomos informados que desse total, apenas quatro optaram pela educação do campo, sendo que duas delas já se encontram regulamentada como educação do campo e as outras duas em processo de implantação. Com podemos verificar com a quantificação desses dados, ainda existe em nosso estado, uma falta de interesse muito grande dos gestores escolares em optar por esse tipo de modalidade de ensino o que torna a educação dos alunos do campo uma educação sem significado e desarticulada de sua realidade. Constatação presente nas palavras de Brandão:

A educação da comunidade de iguais que reproduz em um movimento a igualdade, ou a complementariedade social, por entre as diferenças naturais começa a reproduzir desigualdades sociais por sobre as igualdades naturais, começa desde quando aos poucos se usa a escola, os sistemas pedagógicos e as leis do ensino para servir uns poucos sobre o trabalho e a vida de muitos (BRANDÃO, 1995, p. 34).

Com base nessas informações encaminhamos aos diretores desses estabelecimentos um questionário buscando avaliar os motivos da não opção pela escola do campo. Dos onze diretores, apenas oito responderam as questões, e todos eles deram como motivo principal da não escolha a falta de conhecimento a respeito dessa modalidade de ensino e a preocupação em não estarem preparados para atender os alunos com planejamentos e metodologias voltadas para essa modalidade, tendo em vista que não foi oferecida nenhuma informação ou capacitação a respeito desse assunto, por nenhum órgão responsável, nem mesmo o Núcleo Regional de Educação de Maringá.

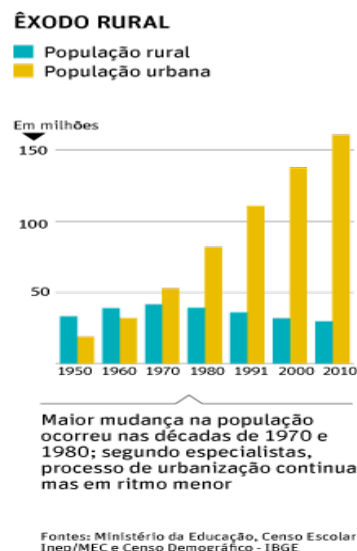
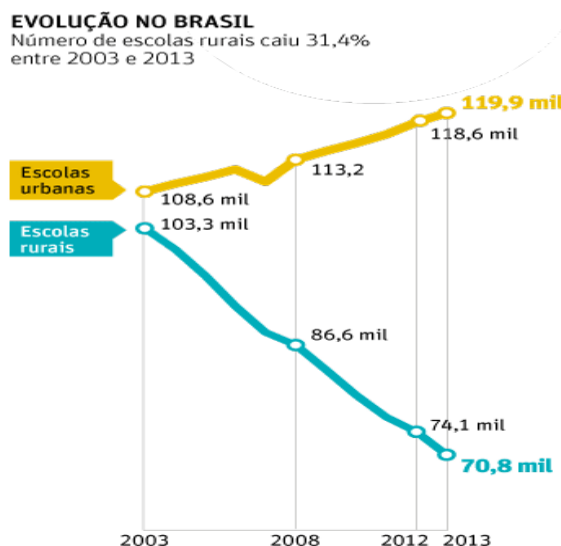
Além disso, três dos diretores que responderam aos questionários comentaram que por ser uma temática “nova” acharam melhor esperar um pouco, e que estarão entrando em contato com as escolas que fizeram tal opção, para verificar quais as vantagens e dificuldades enfrentadas por elas até o momento, e

que caso percebam mudanças significativas para os alunos, poderão mudar de ideia e procurar o NRE para tal mudança.

Percebemos que tais respostas nos levam a verificação de que ainda estamos enfrentando dificuldades em aumentar a demanda para atender os alunos da educação do campo, muitas vezes por falta de informação e capacitação dos profissionais das escolas que tem alunos com esta necessidade, de uma educação voltada para o campo, porém não conhecem o que realmente é necessário para que a escola atenda tal modalidade de ensino e muito menos o que oferecer pedagogicamente a esses alunos. Este fato nos leva a concordar com (ALBUQUERQUE, 2011) quando afirmam:

Os governos têm demonstrado cada vez mais a clara opção pela agricultura de negócio – o agronegócio – que tem em sua lógica de funcionamento pensar num campo sem gente e, por conseguinte, um campo sem cultura e sem escola (ALBUQUERQUE, 2011, p. única).

Tal afirmação também é validada em noticiários e pesquisas publicadas nos últimos anos, como por exemplo, a reportagem publicada pela Folha de São Paulo em (03/03/14) com o título “Brasil fecha, em média, oito escolas por dia na região rural”, a qual cita que, nos últimos dez anos, foram fechadas 32,5 mil unidades escolares que atendiam essa modalidade de ensino, sendo que desse total somente no ano passado foram fechadas 3296 em todo o país, o que faz com que atualmente existam no Brasil 70,8 mil escolas do campo. Vamos ver esses dados nos gráficos abaixo:



Entendemos que o ato de fechar uma escola no campo tem implicações imensuráveis e um significado ao qual precisa ser pensado melhor, pois denuncia que algo não vai bem, não na escola, mas fora dela, ao seu redor (contexto): “o fechamento das escolas no campo nos remete a olhar com profundidade que o que está em jogo é algo maior, relacionado às disputas de projetos de campo” (ALBUQUERQUE, 2011, p. única). Nesse sentido o autor nos leva a pensar em tal contexto e nos perguntarmos: que projeto de campo queremos? O que defende e propõe políticas voltadas a atender os interesses da classe burguesa (latifundiários, monoculturas, campo sem gente, sem escolas); ou um projeto que interessa aos trabalhadores do campo (terra de trabalho, multicultivos, mão-obra, renda, gente, escola)?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos estudos realizados, podemos observar que apesar das lutas, e das políticas públicas voltadas para abertura e permanência da Educação do campo, podemos constatar que a educação do campo está longe de ser uma realidade, visto que há a cada novo ano um grande fechamento dessas escolas e pouca abertura de novas em nosso estado e em todo o país, que de acordo as respostas dadas são geradas pela falta de conhecimento e interesse dos gestores e da comunidade escolar, pela pouca divulgação dessa modalidade de ensino pelo Núcleo Regional de Educação de Maringá e ainda por toda uma estrutura governamental que não oferece subsídios para o cumprimento das leis que defendem o surgimento dessas escolas, por interesses atrelados a esse descaso social.

Com todo esse descaso com relação deixa-se de lado o direito dos alunos do campo a terem uma educação voltada para sua realidade em escolas próximas a suas casas, ou até, mesmo nas escolas da zona urbana que poderiam receber atender a tal demanda com projetos voltados a promoção de conhecimento dessa clientela. Esse fato gera não somente a descaracterização desses sujeitos, mas o abandono do campo, o que aumenta ainda mais os problemas sociais e econômicos em todo nosso país.

Constatamos por meio desse artigo uma profunda necessidade de capacitações e informações concretas para os gestores escolares voltadas para esta temática, tendo em vista que a educação do campo ainda é vista como algo que pouco influencia a vida dos educandos e a vida de toda a sociedade em geral. Precisamos bem mais que apenas documentos chamados de leis, é necessário força de vontade política para que essa realidade se torne concreta e se efetive a fim de promover o direito a todos de uma educação que promova os educandos pertencentes a essa realidade.

Concluimos então, que há muito que ser trabalhado e divulgado a respeito da importância da educação do campo e de toda a sua estrutura pedagógica e curricular. Elencamos ainda a necessidade de pesquisas mais aprofundadas e detalhadas para identificar os motivos que estão levando ao fechamento dessas escolas em todo o país. Para que realmente se estabeleçam leis que realmente garantam a permanência e uma formação de qualidade, contextualizada aos fazeres dos alunos que moram no campo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luiz F./2011. **Fechamento de 24 mil escolas do campo é retrocesso, afirma dirigente do MST.** Disponível em: www.brasildefato.com.br/node/6734. Acesso em: fevereiro de 2014.

ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Orgs). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ARROYO, G. Miguel. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica Castangna. **Educação do campo e pesquisas questões para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** 33ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil:** 1988.

BRASIL. EC. **Conselho Nacional de Educação.** Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, dez. 2002

BRASIL. MEC/CNE. **Lei nº. 9394/96 (20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).** Editora do Brasil, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação – **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2/2008**. Estabelecem diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/resolucao0208.pdf>>. Acesso em 12.02.2014.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71**. Brasília: 1971.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 4024/61**. Brasília: 1961.

CALDART, R. S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 3ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008. p. 147-158.

CANCIAN, Natália. Brasil fecha em média oito escolas por dia na região rural. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 03/03/14. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/03/1420332-pais-fecha-oito-escolas-por-dia-na-zona-rural.shtml>.

LEITE, S. C. **Escola Rural: Urbanizações e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2011.

PARANÁ. SEED Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, 2006.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 30 de março 2014.

SOUZA, N. P., REIS, R. M. **Educação do Campo e Prática Pedagógica. Faculdades Integradas do Vale do Ivaí** – Univale / Instituto de Estudos Avançadas e Pós-Graduação – Esap. Monografia de curso de pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Geografia e História. Umuarama - PR. 2009.